


 "Quão Díficil Nos Temos Movido"	<p style="text-align: center;"><b>ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS</b>  <b>COMUNICADO NACIONAL 18/09</b>          28 de Junho de 2009</p>	 <small>Estatuto de participação e consulta junto do Conselho da Europa e reconhecida junto do Parlamento Europeu, OSCE e das Assembleias Parlamentares da NATO e da UE.</small>
	<p style="text-align: center;"><b>Militares Cumprem...          Governo Incumpre!</b></p>	

Uma marca distintiva de sucessivos Governos dos partidos que desde de há trinta e três anos governam o País tem sido a do ataque à Condição Militar por várias vias, de entre as quais se destaca, pela vergonha que constitui, a do Incumprimento de diplomas legais que aprovam.

O Governo que dentro de poucos meses cessa funções distingue-se pelo incremento do fenómeno e pela intensa deriva persecutória e repressiva sobre os dirigentes e activistas associativos que resistiram e denunciaram o facto de estarem por Cumprir dezenas de Diplomas Legais originando o acumular de uma Dívida crescente Superior a Mil Milhões de euros.

Em 9 de Abril deste ano a ANS, como lhe competia, denunciou no seu comunicado nacional 9/09, o facto de estar a decorrer, nas costas da Somália, uma missão de combate à Pirataria Marítima, sem que a dita missão tivesse tido sido alvo do necessário enquadramento com a publicação da Portaria obrigatória.

Na sequência veio a tutela a terreiro, embrulhando-se numa explicação mal urdida – que aquela força estaria numa outra missão, e que já em viagem é que teria sido decidido aquele empenhamento, mas que não haveria problema porque a Portaria [obrigatória por lei] estava já em fase de conclusão; quem urdiu tal explicação deixou o “*rabo de fora*”: quando o Contra-Almirante Pereira da Cunha assumiu o cargo de comandante da força Standing Nato Maritime Group One (SNMG1) foi divulgado com pompa o destino da força, e o próprio MDN afirmou à imprensa que aquele navio iria combater a pirataria.

**Amiúde nos chegam notícias do óptimo desempenho dos nossos militares naquela missão**, que em nada nos surpreende antes confirma a forma de servir dos militares, não obstante as dificuldades derivadas de o poder político que decidiu incumbir-lhes tão difícil missão não ter cuidado de aprovar a legislação nacional e internacional que permitisse aumentar a sua eficácia com a efectiva detenção dos piratas, do seu julgamento dentro das normas de cidadania e eventual prisão ou outra punição adequada. Também aqui falha o poder político...

... tal como continua em falta a Portaria que segundo alguns, “*já estava mesmo a sair*”. **A Missão do navio termina no próximo mês**, com honra para os militares mas, **e para vergonha do País e de quem a tem, não-de regressar sem saberem a definição e as condições formais em que decorreu a brilhante missão.**

Infelizmente, quanto a missões externas o Incumprimento não se fica por aqui. **Também no próximo mês parte para o Afeganistão mais uma missão, desta feita de pessoal da área da Saúde, sem que se conheçam, formalmente, as condições em que vão**: quanto à tipificação do risco (actualmente o mais perigoso dos que estão activos!); definição da missão, respectivo suplemento e articulado das cláusulas de cobertura do seguro obrigatório por lei...

Este comportamento relapso do Governo, levou e leva a ANS a resistir ao Incumprimento reiterado da Legalidade Democrática por todos os meios Constitucionais à sua disposição, atitude que tem levado à punição ilegítima de quem, exercendo este direito e dever de cidadania, ousa denunciar as faltas. Assim, neste enquadramento persecutório, impõe-se a implementação de uma AMNISTIA para todos os que desde a década de 80 foram castigados por exercer o direito ao associativismo socioprofissional!

**Mantenhamo-nos Atentos, Disponíveis, Firmes e Unidos até que a Lei se Cumpra!**

**Hoje, como nos 20 anos da nossa existência, na Defesa da Dignidade da Condição Militar!**

A Direcção

Lisboa, 28 de Junho de 2009